

Documentação

Fonte: OESP ESPAGO ABERTO

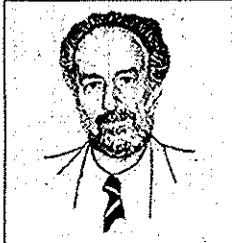
Data: 22/02/2002 Pg: A2

Class: COGR 0016

WASHINGTON NOVAES

# Como mudar o mundo?

**E**m todas as partes, inclusive no Brasil, diplomatas, ONGs, grupos de pressão de vários movimentos sociais e empresariais mobilizam-se na tentativa de ganhar posições nas reuniões preparatórias da Rio + 10, a terceira conferência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento, que



**A tarefa da Rio + 10 (mudar os padrões civilizatórios) é um enorme desafio**

se realizará em Johannesburg, África do Sul, em fins de agosto e começo de setembro. A segunda reunião preparatória foi agora no começo de fevereiro em Nova York, a terceira será em Monterrey, México, e a quarta e última em Jacarta, Indonésia, no fim de maio/comoço de junho.

Aqui no Brasil, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional começa a discutir no fim deste mês sua primeira proposta de agenda, após os diagnósticos setoriais, reuniões em todas as capitais, diagnósticos e propostas regionais. Ao todo, mais de 5 mil propostas. Espera-se que no fim de maio/comoço de junho se tenha, afinal, uma Agenda 21 brasileira, com a enunciação de contextos e conflitos, estratégias e ações prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Não será fácil, nem no plano mundial, nem no local. Os conflitos são profundos. Resolvê-los implica, mais que contrariar interesses – que já é muito complicado –, reaquacionar os próprios formatos de viver no planeta.

Na conferência do Rio de Janeiro em 1992, quando o panorama do mundo ainda era bem menos problemático, foram assinadas duas convenções vitais – sobre mudanças climáticas e conservação da diversidade biológica – e a Agenda 21, que

definia estratégias e ações para chegar ao desenvolvimento sustentável.

Muito pouco se caminhou de lá para cá em termos práticos. As emissões de poluentes que agravam o efeito estufa aumentaram e não se conseguiu ainda levar à prática o Protocolo de Kyoto, que definiu a meta de redução de emi-

sões nos países industrializados até 2012. Os Estados Unidos, maior emissor (cerca de 25% do total), recusam-se a homologar o Protocolo. A biodiversidade continua a ser perdida antes mesmo de conhecida, com a remoção anual de uns 150 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais, sua principal fonte (o Brasil desmata 20 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica por ano). E, na Agenda 21, não se cumpriu o compromisso de os países desenvolvidos aumentarem de 0,36 para 0,7% de seu Produto Interno Bruto a ajuda para que os demais países enfrentem seus problemas ambientais e sociais: a ajuda recuou para 0,22% e a contribuição dos Estados Unidos, para 0,1% do PIB.

Ainda recentemente, numa reunião diplomática na Inglaterra, os EUA se opuseram a um documento que reiterava esse compromisso. A proposta dos delegados norte-americanos é de substituir na agenda da Rio + 10 esse compromisso de aumentar a ajuda por projetos de melhora da estrutura econômica dos países em desenvolvimento que levem a “maior liberalização do mercado” (Estado, 24/1/2).

Na reunião de Nova York, definiram-se quatro temas-chaves para Johannesburg: 1) erradicação da pobreza; 2) padrões insustentáveis de consumo e produção; 3) manejo sustentável de recursos

naturais; 4) compatibilizar globalização e desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, definiu-se que se esperam, ao final das preparatórias, três documentos. No primeiro, uma declaração que expresse os novos compromissos e as políticas capazes de implementar o desenvolvimento sustentável. No segundo, programas de ação negociados, que orientarão a ação dos governos nessa implementação. No terceiro (não negociado, facultativo), a compilação de novas parcerias e compromissos.

Enfatizou-se muito que em Johannesburg não se vão rediscutir as convenções assinadas em 1992 e compromissos da Agenda 21 – e sim meios de levar os compromissos à prática. Lembrou-se muito em Nova York que 90% do aumento da população mundial nas próximas décadas acontecerá nos países em desenvolvimento. Será preciso “evitar que se repitam aí os modelos insustentáveis; caminhar para formatos que usem menos energia, produzam menos resíduos”. Jan Pronk, que falou em nome do secretário-geral da ONU, acha indispensável que se discuta na África do Sul a “insegurança gerada pela globalização, as causas do terrorismo, a inviabiliza-

ção de Estados nacionais, as questões ligadas ao avanço tecnológico, principalmente nas áreas de comunicação e engenharia genética”. Esta última, principalmente, promete muita polêmica.

Nas preparatórias, cada grupo de pressão (mulheres, índios, ONGs ambientalistas, sindicatos, etc.) tenta incluir na pauta e nos documentos seus interesses específicos – o que certamente complexifica muito as negociações. É curioso, entretanto, que as questões urbanas, tão dramáticas hoje no mundo, tenham ficado de fora. Até mesmo a pobreza urbana, como se só houvesse carências nas zonas rurais (embora essas ainda reúnam metade da população do mundo e boa parte das carências).

Um indício da dificuldade das negociações para mudar o mundo está patente no documento aprovado no recente Fórum Preparatório da Rio + 10, realizado simultaneamente com o Fórum Social Mundial. Ali se fixaram posições frontalmente contrárias aos alimentos geneticamente modificados, “que põem em risco a segurança alimentar de milhões de pessoas e representam ameaça à biodiversidade e à saúde humana”, assim como aos “modelos de urbanização e industrialização que concentram a riqueza e distribuem a miséria e a degradação ambiental”. O documento propõe “mudança radical nos padrões de produção e consumo, assim como no uso de recursos naturais”.

Levando em conta a dificuldade de levar à prática a Rio 92, a tarefa proposta para Johannesburg – mudar os padrões civilizatórios – parece ainda mais desafiadora, diante do quadro traçado no recente Fórum Econômico Mundial pelo painel de cientistas: “Um futuro de ameaças biológicas sem precedentes, aquecimento global e substituição de seres humanos por robôs.”

